



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADO EVANDRO ROMAN – PSD / PR

**MPV 735**  
**00055**

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 735, DE 2016

### EMENDA Nº

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 735, de 2016:

Art. X Havendo atraso no início da operação comercial decorrente de circunstâncias caracterizadas pela ANEEL como excludentes de responsabilidade do empreendedor, o prazo da correspondente outorga de geração de energia elétrica será recomposto pelo Ministério de Minas e Energia por meio da extensão pelo mesmo prazo reconhecido como excludente de responsabilidade.

Parágrafo Único. A aplicação do disposto no caput deste artigo independe do prazo de outorga original.

### JUSTIFICATIVA

Atualmente, o atraso ocorrido no início da operação comercial de empreendimentos de geração decorrente de circunstâncias caracterizadas como excludentes de responsabilidade do empreendedor possibilita o afastamento de determinadas obrigações contratuais, como a necessidade de aquisição de contratos de energia recomposição de lastro e o pagamento de penalidades financeiras associadas ao atraso na operação comercial.

Não obstante as medidas citadas, o empreendedor ainda percebe uma redução no período total de comercialização de sua energia, dado que o prazo da outorga original não é alterado, mesmo sendo verificado atraso no início da operação comercial.

A atratividade dos empreendimentos de geração que participaram dos Leilões Regulados de Energia é avaliada a partir da relação existente no binômio preço de venda de energia e prazo de outorga (que compreende a implantação do empreendimento e a comercialização de energia quando do início da sua operação). Neste cenário, o lance vencedor no Leilão de Energia é aquele que oferta o menor preço pela venda da energia. Logo, o prazo de outorga do empreendimento é crucial para o seu equilíbrio econômico financeiro.

Na medida em que o atraso no início da operação comercial do empreendimento de geração, decorrente de circunstâncias caracterizadas como excludentes de responsabilidade do empreendedor, consome prazo da outorga original, esse equilíbrio



CD/16824.30561-50



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADO EVANDRO ROMAN – PSD / PR

econômico financeiro fica comprometido dada a redução do prazo de comercialização de energia pelo empreendedor.

Desta forma, a emenda visa recompor o prazo da outorga do empreendimento de geração na mesma extensão do prazo reconhecido como excludentes de responsabilidade do empreendedor, com o objetivo de recuperar seu equilíbrio econômico financeiro durante o período de concessão, nas mesmas condições estabelecidas pelo binômio preço de venda de energia e prazo de outorga que levaram ao lance vencedor do Leilão de Energia.

Sala da Comissão, 29 de junho de 2016

Deputado Evandro Roman – PSD / PR



CD/16824.30561-50